

A HISTÓRIA ORAL NO ESTUDO DO MOVIMENTO GAY DE MINAS (MGM)¹

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira²

Resumo

O presente trabalho se origina de uma pesquisa de mestrado centrada no grupo Movimento Gay de Minas (MGM), da cidade de Juiz de Fora (MG). Surgido no final da década de 90, o grupo se articula em busca de promover ações e pautar políticas de cidadania e direito LGBT. Entre essas movimentações, a aprovação no ano 2000 da chamada “Lei Rosa” que criminalizou em âmbito municipal a discriminação por orientação sexual, assim como a realização anual do evento *Rainbow Fest* se destacam, contribuindo para uma alteração nas relações que a cidade estabelece com a sua população LGBT. De forma similar, a atuação do MGM vem sendo mobilizada pela mídia e por setores da cidade como um argumento que justifica a visão de Juiz de Fora como um lugar progressista e amigável às pessoas LGBT. Paralelamente, nos últimos anos, grupos políticos de direita ganharam força na cidade e isso refletiu na Câmara dos Vereadores que, em alguns casos, se posicionou de forma conservadora na esteira da ofensiva antigênero da última década. Dessa forma, enquanto parte importante dessa disputa de narrativas na cidade, o MGM se constitui como um potente objeto de estudos. No entanto, poucos foram os trabalhos realizados sobre ele na área da História, e algumas dificuldades se colocam para acessar o escopo de suas ações, eventos entre outros. Nesse sentido, a história oral se apresenta como um recurso privilegiado para pensar e trabalhar o MGM e as narrativas produzidas acerca do grupo ao longo de sua história, tanto por meio de entrevistas a serem realizadas com seus membros e fundadores quanto através das reflexões teórico-metodológicas que a prática oferece. Esse trabalho busca propor algumas considerações acerca dessa questão e do modo como, em geral, esse cenário parece se estender a pesquisas dedicadas ao passado de grupos e organizações LGBT.

Palavras-chave

Movimento Gay de Minas (MGM); Entrevista; História Oral.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático História Oral, Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo.

² Universidade Federal Fluminense Mestranda em História Social na Universidade Federal Fluminense. Email: juliacmfogueira@hotmail.com.

O MGM e a cidade de Juiz de Fora

Fundado em 2000, o Movimento Gay de Minas (MGM) tornou-se uma referência de ativismo LGBT na cidade de Juiz de Fora (MG) e nacionalmente. Na ocasião de sua criação, a cidade já era nacionalmente conhecida como palco do evento Miss Brasil Gay³, que ocorria anualmente no mês de agosto desde 1977. Enquanto concurso de transformismo, congregava pessoas de todo o país, sendo uma grande atração turística para o público LGBT, em especial homens gays.

Foi para aproveitar esse público que Marco Trajano e Oswaldo Cruz organizaram em 1998 a primeira *Rainbow Fest*, evento que visava trazer um aspecto informativo sobre a homossexualidade, em especial sobre prevenção à HIV/Aids, mas movimentando também outras pautas como educação, segurança e cidadania dessa população (FERRARI, 2005). Por uma semana antes do final de semana do concurso diversos eventos ocorriam, desde apresentações musicais a palestras e distribuição de panfletos.

No ano 2000, os mesmos criadores do evento protagonizaram junto à outras figuras a luta pela aprovação da Lei nº 9.791 de 12 de maio de 2000, também chamada de “Lei Rosa”, que proíbe a discriminação por orientação sexual na cidade. No mês de junho do mesmo ano oficializaram a existência do Movimento Gay de Minas (MGM) enquanto Organização Não Governamental (ONG) com intenções de expandir as ações de luta pela cidadania LGBT em Juiz de Fora para além do evento organizado no mês de agosto (NOGUEIRA, 2022).

Além de ter continuado a realizar a *Rainbow Fest* anualmente no mês de agosto, o MGM se tornou ator conhecido. Foi o responsável pela inauguração do Centro de Convivência do Cidadão Homossexual de Juiz de Fora, recebendo no seu início financiamento do Ministério da Saúde (FERRARI, 2005). Nesse local forneciam desde atendimento psicossocial, até assistência jurídica, entre outros. Além disso, sediava reuniões semanais com homossexuais, que contavam com organização de cronograma de discussão visando ampliar os laços de amizade, romance entre outros, além de ser um espaço para se conversar de assuntos que não encontrava eco fora daquele espaço (FERRARI, 2005). O grupo ainda operou múltiplas vezes ações com a prefeitura, realizando cursos para profissionais da educação, da saúde entre outros para capacitação acerca de questões LGBT.

Desde o início de suas atuações enquanto MGM, percebe-se uma certa alteração nas narrativas que diziam respeito à Juiz de Fora. O jornal *Tribuna de Minas*, que é publicado

³ Criado pelo cabelereiro Francisco Mota, é uma competição entre 27 candidatos, cada um de um dos 26 estados e um do Distrito Federal, onde ocorre a eleição de quem seria o mais belo transformista do Brasil. Em 2007 se tornou patrimônio imaterial do município de Juiz de Fora pelo decreto nº 9.275/2007 de 14 de agosto.

diariamente desde 1981 e é um dos principais veículos de informação locais (BARROS, 2016), começa a partir de 2000 a pensar e colocar Juiz de Fora como uma cidade de vanguarda dos direitos LGBT. Isso se daria desde a aprovação da Lei Rosa, a partir de notícias que ressaltam seu pioneirismo e a aprovação na cidade, e vai se tornando mais evidente ao longo do ano 2000 (NOGUEIRA, 2022).

Um exemplo se encontra em uma notícia de 24 de maio de 2000, em que se lê “Martha Suplicy, candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, ao comentar o rótulo de ‘Orgulho Gay do Brasil’, dado a Juiz de Fora.” (TRIBUNA DE MINAS, 2000, p. 5), nessa mesma notícia, a Lei Rosa é chamada de uma das “mais modernas do país” e um destaque é dado à aprovação dos cidadãos a ela. A aprovação dessa legislação, na qual o MGM atuou, é um primeiro ponto de inflexão no discurso sobre Juiz de Fora que vai sendo considerada uma “vanguarda nessa luta contra a discriminação” (NOGUEIRA, 2022, p.42).

De forma geral, segundo Nogueira (2022), o jornal passa, a partir da lei, a trazer mais questões e notícias do mundo LGBT, com temas diversos e nem sempre relacionados ao MGM, mas com uma conotação mais positiva. Além disso, Juiz de Fora ganha vida como não apenas uma cidade que “recebe bem” gays (como era colocada antes devido ao Miss Brasil Gay), mas que seria uma cidade vanguardista dessa luta. A partir da institucionalização do MGM no mesmo ano, seus membros se tornam mais presentes nas páginas do jornal, falando não apenas de ações, mas sendo colocados em papel de autoridade sobre assuntos da sexualidade. Sendo muito associado à essa nova visão de Juiz de Fora, o MGM é assim cada vez mais convocado a falar no jornal (NOGUEIRA, 2022).

Além dessas narrativas constituídas no jornal, percebe-se que a própria população LGBT da cidade por vezes compartilha de tal visão. Numa pesquisa realizada com jovens LGBT durante o Rainbow Fest, Dutra e Maia (2010) dizem que:

(...) a cidade é considerada mais tolerante com relação às práticas homoafetivas. Isto se deve em parte pelos eventos que acontecem no município, como a semana da Rainbow, e a dispositivos legais como a Lei 9.791, conhecida como “Lei Rosa” e, além disso, a forte atuação da ONG Movimento Gay de Minas Gerais com sede na cidade. (DUTRA, MAIA, 2010, p.5)

Dessa forma, o MGM, para além das ações efetivas realizadas durante sua existência, se ressalta também na forma como adentrou a narrativa da cidade em que se sedia, se tornando parte de uma certa visão da cidade que informa como ela interage com seus cidadãos. É de especial importância considerar que não é uma narrativa que se formaliza sem disputas e nem uma identidade sempre acolhida pela cidade. Isso se torna claro quando se avalia como a onda

antigênero vêm afetando a cidade, com grupos conservadores tomando mais atenção e se tornando relevantes no cenário municipal.

Alguns episódios que cabem destacar dessa ofensiva antigênero na cidade, são a aprovação por parte da Câmara dos Vereadores de uma moção de repúdio a um colégio da cidade pela presença de uma Drag Queen em suas dependências em 2017 e a aprovação de uma lei que proibiria banheiros para uso de pessoas de sexo biológico diferentes em 2022.

A primeira situação se deu ao longo do mês de outubro de 2017. A Drag Queen Femmenino havia ido ao Colégio de Aplicação João XXIII, associado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para fazer um episódio especial de dia das crianças do “Na hora do lanche”⁴, projeto de extensão que a universidade tinha então. Em um curto trecho desse vídeo, a Drag questiona se existiria mesmo “brinquedo de menina e menino” e mostra um coro das crianças afirmando que essa ideia seria preconceito. Esse trecho foi cortado do vídeo original e repostado na página do então candidato a presidente Jair Messias Bolsonaro, a partir do qual passou a ser uma questão de repercussão nacional. Apesar de já ter adentrado o radar da mídia conservadora antes disso (NOGUEIRA, PEREIRA, 2022), foi o vídeo postado no facebook de Bolsonaro que levou à uma articulação de sucesso na Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora e a consequente aprovação de uma moção de repúdio ao colégio.

É interessante pensar que os vereadores que propuseram, defenderam e votaram a favor dessa moção estavam envolvidos também com outros movimentos, como o Escola Sem Partido, grupos como Direita Minas entre outros (NOGUEIRA, PEREIRA, 2022). Ao mesmo tempo, houve forte reação contra essa movimentação política, algo reforçado pela imprensa, na medida em que estudantes, professores e grupos como o MGM protestaram cada uma das ações tomadas. Cabe se pensar que

No âmbito local temos a contradição de uma cidade que possui uma narrativa de ser LGBT-*friendly* e, ao mesmo tempo, é palco de diversos conflitos e disputas envolvendo questões de gênero e sexualidade. De uma Câmara de Vereadores que aprovou a “Lei Rosa” temos a aprovação de uma Moção de Repúdio contra importantes instituições da cidade em razão da presença de uma drag queen em um ambiente escolar. Ao mesmo tempo, vê-se uma organização contrária à essa repercussão negativa, ancorada, entre outras coisas, na afirmação da comunidade LGBT de Juiz de Fora como uma “consciente de seus direitos”. (NOGUEIRA, PEREIRA, 2022, p. 898).

⁴ Iniciado em 2012, consistia na publicação no youtube de vídeos de curta duração apresentando diversas atividades desenvolvidas pela universidade. Dos 32 episódios disponíveis no canal da série, nenhum obteve mais atenção do que o previamente mencionado, que conta com mais de 37 mil visualizações. Todos os vídeos foram organizados em uma lista de reprodução chamada “Na Hora do Lanche”, que pode ser encontrada em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLS7Q2j47LNUeO7pleIBSTJbPqOIiVS8Dj>>. Acesso em 20 mai. 2023.

Similarmente, no caso dos banheiros, há uma articulação de vereadores envolvidos com outras propostas conservadoras e inseridas nessa ofensiva antigênero (como a aprovação de uma lei que proíbe o uso de linguagem neutra em todas as escolas da rede municipal de ensino). A lei acerca dos banheiros contém uma proposta que efetivamente iria contra a possibilidade de pessoas trans utilizarem o banheiro de acordo com sua identidade de gênero, marcando no sexo biológico a correspondência. Além disso, impediria a utilização de banheiros unissex em locais com mais de uma cabine com vaso sanitário. Há também uma resistência à essa lei marcada pelo veto integral à proposta por parte da prefeita Margaria Salomão (PT).

Foi feita uma carta aberta por parte de 68 entidades da cidade para que fosse impedido a quebra do Veto ao PL 262/2021, constando entre seus assinantes pelo menos 7 partidos, alguns sindicatos da cidade e grupos e associações de defesa dos direitos trans e LGBT entre outros. Chama atenção como na carta faz-se um apelo à história da cidade com questões LGBT, em especial à Lei Rosa, como se pode ver no trecho: “(...) representa um retrocesso às políticas de nossa cidade, pioneira ao promulgar a Lei nº 9.791 (Lei Rosa), de 12 de maio de 2000, que dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias em seu território.” (8MJUIZDEFORA, 2022, s/p).

Assim, em ambas as situações é possível ver articulados atores conservadores ativos na cidade e ao mesmo tempo uma resistência a eles por parte de setores progressistas múltiplos, que pautam, nessa defesa, esse passado da cidade como “defensora” dos direitos LGBT. Portanto, pode-se pensar que as atuais disputas políticas sobre os caminhos que Juiz de Fora irá tomar em termos das questões LGBT passa também por uma disputa de narrativas sobre o passado da cidade, dentro da qual estudar o Movimento Gay de Minas é necessário e importante.

Pesquisas e fontes sobre o movimento LGBT brasileiro

Estudar o MGM é parte de um movimento mais amplo de pesquisa da história do movimento LGBT brasileiro. Considerando como, desde seu princípio (marcado em 1978) o movimento vêm se organizando a partir de associações, ONGs e de forma geral grupos organizados, entender como estes grupos de militância política LGBT foram se construindo e atuando no tempo é refletir sobre o próprio movimento social (GREEN, et al, 2018). Nesse sentido, nos últimos anos vêm se multiplicando a quantidade de teses e dissertações que buscam analisar, estudar e registrar a história, atuação, pautas políticas e atores sociais de diferentes grupos em todo o Brasil. Dentro da área da História, esse crescimento se deu de forma bem

recente, dentro dos últimos 5 anos, e ainda com muito foco em grupos que se organizaram nas capitais dos estados, em especial no eixo Rio de Janeiro – São Paulo (NOGUEIRA, 2023).

De forma geral, pesquisas bibliográficas sobre trabalhos com temática LGBT demonstram um predomínio de outras áreas, em especial a antropologia e a sociologia, com a história raramente rompendo o silêncio, sempre de forma tímida (VERAS; PEDRO, 2014). Apesar de um percebido crescimento na produção que tematiza a homossexualidade, travestilidade e homofobia na primeira década do século XXI em várias áreas da já citada antropologia à educação, a História se manteria atrasada (GREEN, 2012). Essa invisibilidade estaria seria consequência de escolhas políticas do fazer historiográfico (VERAS; PEDRO, 2014), uma “resistência para levar a sério pesquisas sobre a homossexualidade que não aquelas de uma época distante.” (GREEN, 2012, p. 66). Assim, o caráter recente de parte dos trabalhos na área de História acerca de grupos pode ser entendida a partir de uma questão mais ampla da forma como a produção histórica acadêmica seleciona temas e valida certos objetos de reflexão (NOGUEIRA, 2023).

Enquanto uma ONG de uma cidade do interior de Minas Gerais, fora das capitais e fora inclusive do Rio de Janeiro e São Paulo, o estudo do Movimento Gay de Minas se coloca como oportunidade de investigar uma lacuna que se coloca na historiografia do movimento, muito focada nesses dois estados (GREEN, 2012) e que, quando sai deles, se centra nas capitais dos estados (NOGUEIRA, 2023), como já foi dito. Apesar de sua atuação importante na cidade e mesmo no contexto mais geral do país, não há muitos estudos feitos a partir dele, com as poucas teses e dissertações que abarcam ou o grupo ou sua atuação correspondendo a áreas que não a da História, majoritariamente a educação (NOGUEIRA, 2023).

Considerando que mesmo com novos trabalhos sendo feitos acerca de grupos organizados LGBT na história ainda existe um grande foco em capitais de estado e São Paulo em especial, pode-se pensar que existe uma outra problemática interferindo nas pesquisas. Nesse sentido, entra a questão das fontes. Segundo Green (2018)

Um dos maiores desafios no esforço de reconstrução de sua história inicial é o acesso às fontes. Muitos dos ativistas pioneiros da primeira onda do movimento morreram de AIDS e, em alguns casos, suas famílias simplesmente jogaram fora os seus arquivos. (...) Outros importantes detentores de extensas coleções privadas sobre a homossexualidade no Brasil e sobre a história do movimento retêm esses documentos em suas residências ou nas sedes de suas organizações, permitindo acesso seletivo a esses materiais, com base na afinidade com a pessoa que faz o pedido. (GREEN, 2018, p.252)

Dessa forma, boa parte dos acervos dos grupos, como atas de reuniões, panfletos antigos, fotos de ações, lista de membros, entre outros não se encontram publicamente

disponíveis e muitos sequer estão organizados e devidamente armazenados. Em alguns casos também o que seria o arquivo do grupo está desmantelado e cada membro ou ex-membro possuem uma parte, fazendo com que o pesquisar se torne uma atividade de detetive para localizar seus pontos, averiguar o que está em boas condições, digitalizar e armazenar. Afora a questão observada na citação acima, sobre como pode ocorrer certa seletividade no acesso a partir da afinidade ou não daqueles que possuem os documentos em relação aos que lhe pedem.

Há ainda o aspecto do medo e/ou vergonha associados à questão da sexualidade. Nem todo integrante/ participante desses grupos deseja ser publicamente a ele relacionado. Isso é uma questão que Nogueira (2022) encontra ao pesquisar as narrativas sobre o MGM no jornal Tribuna de Minas de 1998 a 2001: participantes da organização dos eventos e do grupo que são citados vagamente, mas que escolhiam o anonimato na hora de entrevistas e notícias por um medo de serem associados ao mundo gay. No caso de deterem fontes relevantes para a história do MGM, quão trabalhoso não seria encontrar essas pessoas que buscaram não deixar registros? O arquivo do Movimento Gay de Minas (MGM), com atas, fotos, entre outros não se encontra publicamente disponível: é um daqueles citados onde é necessário pedir acesso não apenas ao grupo, mas também a integrantes específicos e ex-integrantes que os guardam.

Assim, a questão da existência, cuidado com e acesso às fontes no que se refere à grupos organizados LGBT não é de simples resolução, algo que se reflete na pesquisa com o Movimento Gay de Minas (MGM) um grupo que, apesar de ação política forte e importante por mais de décadas, quase não foi pesquisado na área da história.

As potencialidades da história oral

Pensar o problema das fontes na pesquisa da história do movimento LGBT ganha outra ótica sob a luz da história oral. Considerando que um de seus méritos seria a introdução do pesquisador na construção da fonte (ALBERTI, 2013), a produção de depoimentos por meio desse viés teórico-metodológico possibilitaria mover-se nessa área “vazia” e “silenciada”. Afinal de contas a “(...) contribuição da história oral é sempre maior naquelas áreas pouco estudadas da vida social em que predominam zonas de obscuridade (...)” (ALBERTI, 2013, p.22)

Entendendo que a entrevista é uma prática social (OLIVEIRA, 2018), a partir dela é possível o estabelecimento de vínculos com os entrevistados, nesse caso participantes e ex-integrantes dos grupos LGBT. A partir desse contato que se estabelece, há a possibilidade de pedir acesso aos arquivos pessoais deles, não mais de forma distanciada que poderia ser vista

com desconfiança, mas sim de uma relação de confiança sendo estabelecida. Além disso, se constitui oportunidade única para que as pessoas deem sentido elas mesmas ao acervo que tem, suas fotografias, seus documentos. Se torna campo de reflexão o que foi guardado e o porquê para os próprios entrevistados.

Disso deriva que a história oral não constitui apenas uma possível solução para o problema de estudar o movimento LGBT brasileiro: é também possibilidade e potência, afinal a “(...) peculiaridade – a da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2013, p.31). Quando se ganha acesso a esses acervos pessoais por intermédio de quem os vêm guardando, ganhando assim um novo viés pelo meio do qual entendê-los e analisá-los (as narrativas que eles compõem para seu guardião). De forma similar, a experiência narrada nessas fontes orais não são como as que se poderia encontrar em uma escrita: expressam “dimensões subjetivas dos integrantes dos movimentos sociais, bem como as oportunidades políticas para as ações coletivas e dimensões estratégicas para a legitimação de diferentes sistemas de valores sociopolíticos dentro de cada grupo.” (ALMEIDA, 2018, p.8).

Adicionando subjetividade, o particular, o emocional ganha-se uma ampliação das formas pelas quais entendemos o humano na história (ROVAI, 2018). A análise das entrevistas pode expor uma visão de mundo que norteia o depoimento do entrevistado, resultando não apenas em fatos e acontecimentos, mas exibindo o significado que ele ou ela vêm por trás destes (ALBERTI, 2013). O esquecimento, as lembranças, os silêncios entram todos no depoimento, assim como hesitações, formas de se repetir entre outras. E assim, vai-se percebendo que o movimento social não se constrói por ação de sujeitos abstratos, homogêneos (ROVAI, 2018).

A partir das diferentes entrevistas que se pode realizar, percebe-se que podemos trabalhar “(...) com visões particulares e muitas vezes idiossincráticas para ampliar nosso conhecimento acerca da história, (...) porque de alguma forma acreditamos que a história é um nome genérico para designar *as histórias* vividas e concebidas, diferentes ou parecidas, criadas por pessoas em contato com o mundo.” (ALBERTI, 2013, p. 33)

Nesse sentido, quando se traz a subjetividade do indivíduo dentro desses movimentos sociais, percebe-se as relações que vão sendo estabelecidas por meio do afeto. Ele interfere na história não apenas dos grupos que se estuda, mas no decorrer das narrativas múltiplas que

compõe essa história que buscamos construir, pois “a afetividade pode ter peso histórico” (ROVAI, 2018, p.35).

A questão da afetividade é especialmente relevante quando se considera o estudo de grupos organizados LGBT. Desde o SOMOS: grupo de afirmação homossexual (creditado como primeiro grupo organizado do então movimento homossexual brasileiro), a questão dos afetos, das relações amorosas são pautadas dentro desses grupos organizados. Não poderia ser diferente, quando se pensa que dentro das pautas LGBT estão o direito justamente ao amor, ao se relacionar física e emocionalmente com pessoas do mesmo gênero. MacRae (2018), que pesquisou o grupo para sua tese em antropologia reforça diversas vezes como se davam essas relações dentro do grupo – e como isso era parte estrutural de seu funcionamento.

Similarmente, não poderia ficar de fora a questão das afetividades, dessas subjetividades no estudo do Movimento Gay de Minas especialmente quando se considera que desde o primeiro evento da Rainbow Fest, que eventualmente se tornou a inspiração para a ONG, aqueles que estavam na frente da organização eram um casal de namorados (FERRARI, 2005). Tentar fazer uma história do MGM que não levasse em conta as emoções, a vivência, o relato pessoal de seus integrantes e fundadores seria talvez possível, mas não seria igualmente potente.

Conclusão

A partir das questões apresentadas, pode-se perceber que, ao pesquisar o Movimento Gay de Minas, a história oral tem grande potencialidade para resolver as dificuldades enfrentadas, tais como acervos pessoais. Para além da resolução de um problema de fonte, ela se coloca também como um método que traria diversas vantagens e potencialidades. Ao entrevistar pessoas que fundaram, participaram ou passaram pelo MGM, adiciona-se mais da subjetividade dessas pessoas à narrativa que será construída sobre esse grupo, trazendo também o cotidiano de sua existência, ressaltando laços de afetividade, amizade e mesmo brigas e tensões, demonstrando assim aquilo que se tem de relações humanas no grupo. Ressalta-se o humano dentro da ONG, por trás das ações e conquistas realizadas ao longo dos anos. Além disso, sendo estas entrevistas produzidas no presente, ganha-se uma visão sobre como essas pessoas avaliam os percursos tomados pelo grupo a partir dos dias atuais.

Quando se pensa que o “trabalho com história oral não trata apenas de divulgação de informação, mas de conhecimento sensível, o que implica compromisso com uma história pública, que dê aos mortos e aos vivos o direito à sua história” (ROVAI, 2018, p.36), torna-se ainda mais essencial a pesquisa com viés da história oral acerca do movimento LGBT brasileiro.

Isso pois, frente aos problemas já apresentados que envolvem desde as escolhas políticas inerente à profissão do historiador até as dificuldade materiais do ofício, é através da história oral que se pode realizar uma efetiva produção sobre o movimento LGBT, os grupos que o compuseram e formaram ao longo dos anos e as redes formadas não só pelas entidades, mas pelas pessoas que as construíram.

Referências

Fontes

8MJUIZDEFORA. **Não aceitaremos projetos transfóbicos em Juiz de Fora!** Juiz de Fora. 17 set. 2022. Instagram: @8mjuizdefora. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cinz1F9PHQd/>. Acesso em: 31 de mai. 2023.

Proteção aos gays é elogiada por sexóloga. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 24 maio 2000. Geral/Internacional, p. 5.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 384 p.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Introdução. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **História oral e movimento social: narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 7-12.

BARROS, Andrea Kelmer De. **A Organização Homossexual Em Juiz De Fora: Estudo Sobre A Trajetória Do Concurso Miss Brasil Gay Em Juiz De Fora Desde 1977 Até A Formação Do MGM Em 2000'**. 2016. 231 p. Doutorado Em Política Social Instituição De Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Do Gragoatá (Bcg) – Uff

DUTRA, Raphaela G.; MAIA, Carlos E. S. JUVENTUDE LGBT E A CIDADE DE JUIZ DE FORA. **I Colóquio do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação, Juiz de Fora, 2014**. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/files/2013/03/Raphaela-Dutra.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

FERRARI, Anderson. **Quem sou eu? Que lugar ocupo: grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual**. 2005. 218 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

GREEN, James. Como a história pública pode se comprometer com a diversidade LGBT? In: MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?: What Public History do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 249-254.

GREEN, James. Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado. **Revista Gênero**, Niterói, v. 12, ed. 2, p. 65-76, 2012. Disponível em: 57 <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31151>. Acesso em: 22 mai. 2023.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: EDUFBA, 2018.

NOGUEIRA, Júlia de Castro. **“Vitrine gay do Brasil”?: Juiz de Fora e suas relações com o MGM nas páginas da Tribuna de Minas (1998 – 2001)**. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2022.

NOGUEIRA, Júlia de Castro. **Os estudos acerca do movimento LGBT brasileiro a partir de grupos, organizações e coletivos: um levantamento bibliográfico**. Monografia (Graduação em Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2022.

NOGUEIRA, Júlia de Castro; PEREIRA, Ana Cecília. Os discursos da imprensa sobre “ideologia de gênero” a partir de um estudo de caso em Juiz de Fora (MG). **Anais da XXXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 2022, p. 886 – 902

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A noção de comunidade e os movimento de ‘Trabalhadores favelados’ no Rio de Janeiro e Belo Horizonte. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **História oral e movimento social: narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 75-94

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A coragem do afeto: memórias femininas sobre a greve de Osasco em 1968. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **História oral e movimento social: narrativas públicas**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 15-36.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.